



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM JORNALISMO**

CAMILLA BARBOSA DE SOUZA

**O (DES)USO DE RECURSOS PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM
PERFIS DE VEÍCULOS JORNALÍSTICOS NO *INSTAGRAM***

**CAMPINA GRANDE - PB
2024**

CAMILLA BARBOSA DE SOUZA

**O (DES)USO DE RECURSOS PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM
PERFIS DE VEÍCULOS JORNALÍSTICOS NO *INSTAGRAM***

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Jornalismo.

Orientador: Prof^a. Dra. Elane Gomes da Silva Oliveira

**CAMPINA GRANDE - PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729d Souza, Camilla Barbosa de.
O (des)uso de recursos para promoção da acessibilidade em perfis de veículos jornalísticos no Instagram. [manuscrito] / Camilla Barbosa de Souza. - 2024.
17 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Elane Gomes da Silva Oliveira, Coordenação do Curso de Jornalismo - CCSA. "

1. Acessibilidade. 2. Jornalismo. 3. Instagram. 4. Comunicação. I. Título

21. ed. CDD 070.175

CAMILLA BARBOSA DE SOUZA

**O (DES)USO DE RECURSOS PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM
PERFIS DE VEÍCULOS JORNALÍSTICOS NO *INSTAGRAM***

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Jornalismo.

Aprovada em: 08/02/2024.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Elane Gomes da Silva Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof./Dr. Rostand de Albuquerque Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Rackel Cardoso Santos Guimarães
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Abre a boca a favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham desamparados.”

Provérbios 31:8

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 ACESSIBILIDADE À LUZ DA LEGISLAÇÃO	7
2.1 Acessibilidade Comunicativa	8
3 JORNALISMO DIGITAL	9
3.1 O Instagram como meio de disseminação de conteúdo jornalístico	11
4 METODOLOGIA	12
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	13
7 CONCLUSÃO	13
REFERÊNCIAS.....	14
AGRADECIMENTOS.....	17

O (DES)USO DE RECURSOS PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM PERFIS DE VEÍCULOS JORNALÍSTICOS NO *INSTAGRAM*

Camilla Barbosa de Souza¹

RESUMO

O fazer jornalístico foi alvo de diversas transformações ao longo do tempo, passando pela fase escrita, pelas ondas sonoras do rádio, telas das televisões, e, por fim, chegando à era digital, vivenciada hodiernamente. No contexto atual, os perfis virtuais de veículos da mídia tradicional, em sua grande maioria, têm propiciado um ambiente segregador, uma vez que conteúdos jornalísticos criados e disseminados por eles não permitem que as pessoas com deficiência tenham a mesma experiência satisfatória como as demais. Esse artigo objetiva-se a levantar uma discussão a respeito deste comportamento à medida em que busca compreender porque veículos jornalísticos com grande notoriedade nacional não se preocupa em utilizar recursos que visem à acessibilidade na disseminação de conteúdo em redes sociais. Para tanto, este trabalho está fundamentado em bases teóricas construídas após o processo metodológico de pesquisa bibliográfica. Em suma, nota-se que iniciativas que transformem essa realidade são de extrema importância para o público ao qual são direcionadas e percebe-se que deve haver uma urgência para que medidas visando à prática efetiva da acessibilidade comunicativa.

Palavras-Chave: acessibilidade; jornalismo; *Instagram*; comunicação.

ABSTRACT

Journalism has undergone several transformations over time, passing through the written phase, radio airwaves, television screens and, finally, the digital age we are experiencing today. In the current context, the virtual profiles of traditional media outlets, for the most part, have provided a segregating environment, since the journalistic content they create and disseminate does not allow people with disabilities to have the same satisfactory experience as everyone else. This article aims to raise a discussion about this behavior as it seeks to understand why a significant number of nationally renowned news outlets do not bother to use accessibility resources when disseminating content on social networks. To this end, this work is based on theoretical foundations built after the methodological process of bibliographical research.. In short, it can be seen that initiatives to transform this reality are extremely important for the public to which they are directed and it is clear that there must be an urgent need for measures aimed at the effective practice of communicative accessibility.

Keywords: accessibility; journalism; *Instagram*; communication.

¹ Estudante de graduação do curso de Jornalismo da UEPB, email: camilla.souza@aluno.uepb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da História, diversas minorias sociais tiveram sua existência reprimida, combatida e quase extinta. Por muito tempo e em vários contextos sociais, as pessoas com deficiência foram vistas como inferiores, incapazes e até mesmo sem valor no contexto social.

Essa realidade só veio a ser mudada a partir de discussões levantadas a respeito do tema, seguidas pela criação de dispositivos legais com o objetivo de suscitar a valorização e a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade.

Para melhor compreensão sobre o assunto em questão, é necessário, inicialmente, compreender o que caracteriza uma pessoa com deficiência. Nesse sentido, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência- LBI (2015),

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s/p).

Essa definição contrapõe-se à utilizada no Modelo Médico, de acordo com o qual tais pessoas eram vistas como “especiais” e precisariam se esforçar para vencer as barreiras que enfrentariam, insinuando que a deficiência seria uma sentença e/ou responsabilizando as PcD por essa condição.

O Modelo Médico entende a deficiência como um fenômeno biológico o qual, a tal condição seria uma consequência natural de um corpo com lesão, e esta era adquirida por meio de uma doença. Nesse modelo, a deficiência seria de fato uma incapacidade física que levaria o indivíduo a inúmeras desvantagens sociais. E, caso fosse possível, seria necessário fazer intervenções para que se promovesse um melhor funcionamento do corpo, de maneira a reduzir tais desvantagens sociais (CAVALCANTE, 2021, p.29).

Já o Modelo Social, o qual é aceito hodiernamente, diz que “para aqueles que se alinham ao modelo, a principal intervenção deve ser feita na sociedade para garantir a participação das pessoas com deficiência que necessitam de ter seu acesso facilitado ou desimpedido” (França, 2013, p. 63).

No Brasil, de acordo com estimativas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade do país (ou 8,9% da população brasileira) tinham algum tipo de deficiência. Tais dados demonstram a urgência da discussão do tema em questão, principalmente à luz da Comunicação, a qual, segundo Bordenave (1982, p. 19), “é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social”, e que, muitas vezes, é negligenciada.

Cabe ainda considerar que os grandes veículos de comunicação deixam a desejar no quesito produções que abarquem esse público, o qual, por sua vez, vê-se privado do direito à informação, assegurado pelo artigo 8º da Lei 13.146/2015:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes [...] à informação, à comunicação, [...] entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu

Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 2015, s/p).

Em função dessa realidade, as pessoas com deficiência se tornam mais suscetíveis às *fake news* e ao isolamento virtual, de acordo com o relatório “Acessibilidade jornalística: um problema que ninguém vê”². É nesse contexto que surgem iniciativas independentes direcionadas a tal público, o qual se sente representado, acolhido e valorizado.

Partindo de tais pressupostos, este trabalho será norteado pelo anseio por responder à pergunta: A acessibilidade está presente nos portais de notícias no meio digital?

Para responder à pergunta, buscar-se-á, por meio da pesquisa bibliográfica, entender todo o cerne da questão da acessibilidade comunicativa. Além disso, destacar-se-á quais recursos podem ser utilizados visando ao alcance do público de PcD. Para tanto, será usada a pesquisa qualitativa bibliográfica, também, para poder compreender os conceitos de Deficiência, Acessibilidade, Inclusão e Comunicação e embasar a discussão.

2 ACESSIBILIDADE À LUZ DA LEGISLAÇÃO

A comunidade de pessoas com deficiência ao redor do mundo compreende mais de um bilhão de indivíduos, o que representa 16% da população mundial, ou uma a cada seis pessoas, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Este contingente tem total ligação com a criação de diversos dispositivos legais criados visando à inclusão social de todos os componentes dessa comunidade.

Inicialmente, cabe destacar o que diz o artigo 19º da Declaração Mundial dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de **procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios** e independentemente de fronteiras. (ONU, 1948, grifo nosso)

Nota-se que o documento assegurava a liberdade de expressão e o direito de ter acesso à informação, mas não mencionava, ainda, a questão da acessibilidade comunicacional. Porém, ele foi crucial para as primeiras discussões a nível internacional a respeito do tema, resultando na realização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006, em reunião para promulgação realizada pela Assembleia Geral da ONU, em comemoração aos 58 anos de existência da DUDH.

No âmbito nacional, destaca-se, inicialmente, a própria Constituição Federal de 1988, a qual, segundo Bonito (2015, p. 57) “garantia às PcD que estas pudessem ter acesso à educação, à saúde, à cultura, entre outros direitos sociais, sem dependerem da benevolência alheia”.

Cabe ainda destacar o Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, o qual ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, do qual o Brasil também é signatário.

² Disponível em: <https://lumeacessibilidade.com.br/assets/acessibilidade.pdf>. Acesso em: 08 fev.2024.

Houve, também, a criação da Lei 13.146, ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), a qual foi baseada na Convenção da ONU, mas inclui outras demandas próprias do país. A Lei foi elaborada no ano de 2000, mas só veio a ser, de fato, sancionada 15 anos depois, em 2015, pela presidente Dilma Rousseff.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência conceitua, em seu artigo 3, a acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, **informação e comunicação**, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, s/p, grifo nosso).

Ainda conforme o texto da lei, a comunicação, tema norteador desta pesquisa, é definida como:

forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (BRASIL, 2015, s/p).

É interessante notarmos os direitos, definições e delimitações dispostos na lei, os quais, muitas vezes, não são conhecidos e nem respeitados pela própria comunidade jornalística. É nesse ponto, então, que as PcD enfrentam cada vez mais barreiras, principalmente no meio digital, mesmo com tantos avanços tecnológicos e legislativos.

Ainda nesse contexto, faz-se mister citar o papel crucial das ONGs e movimentos sociais empenhados pela causa no tocante à criação de leis e avanço das discussões a respeito do tema. Conforme destaca Bonito (2015, p. 26):

foram de fundamental importância para que os governos e a população em geral deixassem de compreender as pessoas com deficiência como sujeitos que precisariam ser tutelados; elas passaram a lutar para que tais pessoas fossem compreendidas como sujeitos de direito e a exigir respeito pela sua cidadania.

Apesar dos dispositivos legais supracitados e ainda muitos outros existentes em nosso país no que tange à acessibilidade, nota-se que boa parte dos produtos jornalísticos, sejam eles sonoros, audiovisuais, impressos, multimídia ou de ambientes virtuais, são desenvolvidos visando ao alcance apenas da audiência ouvinte e vidente. (CAVALCANTE, 2021).

2.1 Acessibilidade Comunicativa

Quando se pensa em acessibilidade, normalmente, surge a ideia de adaptar espaços físicos, o uso de rampas, calçadas sem obstrução, entre outros; mas é

necessário levar em consideração que espaços digitais também precisam ser acessíveis a todas as pessoas.

De acordo com o capítulo IV do artigo 3º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, configura-se como barreira nas comunicações e informações “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (BRASIL, 2015).

As tecnologias assistivas (TA) também são uma forma prevista em lei de derribar as barreiras existentes e viabilizar a acessibilidade comunicativa. Elas podem ser:

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; (BRASIL, 2015, s/p).

Dessa forma, a acessibilidade comunicativa diz respeito ao uso de recursos que permitam a interação e a integração efetiva de pessoas com deficiência ao meio social. Nesse sentido, podemos citar a audiodescrição, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), a Legenda Oculta (*Closed Caption*), entre outros tipos de TA.

Conforme Motta e Romeu Filho (2010, p. 11), a audiodescrição é:

um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo. [...] Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.

Já o recurso de *Closed Caption* (Legenda Oculta), muito vista em programações televisivas, é conceituada como:

um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão. Essas legendas podem ser reproduzidas por um televisor que possua função para tal, e tem como objetivo permitir que os deficientes auditivos possam acompanhar os programas transmitidos. [...] A legenda oculta descreve além das falas dos atores ou apresentadores qualquer outro som presente na cena: palmas, passos, trovões, música, risos etc. (AMARAL; SOUZA, 2007, p. 359).

É, portanto, necessário que os ambientes virtuais sejam munidos do maior número possível de ferramentas deste tipo para que mais pessoas com deficiência possam ter acesso à informação jornalística. Cabe, ainda, deixar claro que ao fazer isso, os profissionais da comunicação não estão fazendo um favor às PcD, mas cumprindo aquilo que as legislações orientam.

3 JORNALISMO DIGITAL

Com o advento da internet, uma nova forma de fazer jornalismo surgiu e tem se fortificado cada vez mais na sociedade. Cronologicamente, veio após o jornalismo impresso, radiojornalismo e telejornalismo (dos quais herdou diversos detalhes) e tem

como principal aliado o *smartphone*, disseminando-se através das redes sociais e na *web* como um todo.

A quantidade de brasileiros conectados, hoje, à internet é exponencial. De acordo a pesquisa TIC Domicílios 2023, 156 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais estava conectada à internet em 2023, o que representa 84% da população do país. Em 2022, este índice era de 81% (Silva; Otavio, 2023).

Uma boa parte da população internauta busca nas redes sociais não apenas entretenimento, mas também conteúdos jornalísticos de perfis confiáveis. Com base nesse novo comportamento social, a práxis jornalística também passou por mudanças consideráveis e assumiu uma nova configuração.

A nova rotina do profissional do Jornalismo requer o conhecimento sobre o modo de funcionamento das redes sociais, sua própria linguagem, cultura e recursos. No jornalismo digital, é necessário saber de tudo um pouco:

é importante e necessário que o profissional que irá gerir as redes online de uma determinada empresa, possa ter noções básicas de planejamento e produção de conteúdo, redação para o meio digital, tratamento de imagens, edição básica de vídeos, investimento em mídias pagas por meio das ferramentas de publicidade e análise de resultados (Lima; Gomes, 2022, p. 7).

Agora, o jornalista não é mais apenas uma fonte de informação e formador de opinião; ele precisa conciliar seu conhecimento de mundo com o que tem sido debatido nas redes sociais virtuais para ficar atualizado e não ser 'passado para trás'. Como afirma Costa (2022, p. 16):

Como consequência dessas tendências e dos efeitos relacionados com as tecnologias que as sustentam, a produção do jornalismo foi descentralizada e diversificada com a mudança e adaptação das redações e dos próprios profissionais, transformando o jornalismo que antes era feito com formalidade a uma configuração mais autêntica e atrativa, contando com a participação ativa dos telespectadores.

Outro ponto que deve ser destacado é a mudança de posição daquele que acompanha os veículos jornalísticos. Se antes a comunicação era unilateral em virtude de uma série de limitações (como as de ordem técnica, por exemplo), hoje, por meio das redes sociais, o usuário não apenas recebe as notícias, mas tem papel importante na produção destas; através da sua interação, sugestão de pautas e confrontamentos realizados virtualmente, todo o processo de produção sofre modificações.

Nesse sentido cabe destacar a convergência das mídias, na qual, segundo Jenkins (2008, p. 27) "as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis". O meio digital oferece ao jornalista muitos recursos que a televisão e outros meios ocupados pela mídia tradicional não podem oferecer, seja pela questão tecnológica, financeira ou até mesmo pelo tempo curto ofertado.

Ainda cabe citar que o jornalismo praticado nas redes sociais enxerga o usuário também como consumidor, numa espécie de grande empresa, em que o lucro financeiro gerado é um dos principais objetivos finais. Numa visão segregadora e ainda raquítica, as pessoas com deficiência, infelizmente, ainda não são notadas

como um público consumidor com potencial de retorno financeiro e no qual vale a pena investir.

É notório que o jornalismo digital ainda é muito insuficiente, principalmente quando comparado ao televisivo, por exemplo. Apesar dos canais televisivos muitas vezes descumprirem as normas de acessibilidade que lhes são impostas, recursos utilizados por eles são de suma importância para o avanço das discussões a respeito do cumprimento dos direitos das PcD. Um exemplo é a utilização da audiodescrição, a qual é assim definida:

conversão das imagens em palavras, por meio de uma narração objetiva dos detalhes da cena para que informações-chave também possam ser acessadas por pessoas com deficiência visual. O recurso, que existe há pouco mais de trinta anos, tem a finalidade de tornar os mais variados tipos de materiais audiovisuais acessíveis a pessoas não-videntes (CAVALCANTE, 2021, p.26).

3.1 O *Instagram* como meio de disseminação de conteúdo jornalístico

O *Instagram* é uma das redes sociais mais populares do mundo, a qual permite que os usuários compartilhem fotos e vídeos com seus seguidores. Ele foi criado pelos engenheiros de programação Kevin Systrom e Mike Krieger e lançado em 6 de outubro de 2010. Inicialmente, o aplicativo era exclusivo para dispositivos iOS, mas logo foi expandido para dispositivos Android e, eventualmente, para desktops.

Sua criação foi inspirada no Burbn, um outro aplicativo bem mais complexo. A intenção dos fundadores era resgatar a nostalgia da instantaneidade presente nas tão emblemáticas câmeras fotográficas modelo Polaroid. Portanto, o *Instagram* seria o espaço virtual ideal para compartilhamento de registros fotográficos feitos pouco antes de irem para a rede.

Com o tempo e a popularização do aplicativo, porém, novos recursos foram adicionados e uma nova forma de utilização pelos internautas tem sido vivenciada. A adição de botões interativos, a possibilidade de compartilhamento de histórias (*Instagram Stories*), vídeos ao vivo, *reels* e até mesmo recursos para compras *online*, revolucionaram a sociedade e modernizaram a plataforma.

O jornalismo tem estado cada vez mais presente nesta rede social, como aponta Moraes (2021, p. 33):

Nos últimos anos, muitos jornais e revistas encontraram formas diferentes de usar as redes sociais como uma extensão de suas identidades impressas, sobretudo o *Instagram*. O *Instagram* tem hoje mais de 700 milhões de usuários mensais e três vezes mais engajamento do que o Facebook.

Entre as principais justificativas para tais empresas jornalísticas tradicionais chegarem ao *Instagram*, está a necessidade de expansão do público-alvo, uma vez que boa parte dos jovens, hoje em dia, não tem costume de assistir à televisão ou de ler jornais e revistas físicas. (Moraes, 2021)

Há, ainda, uma maior possibilidade de ascensão e representação local permitida aos profissionais que desejam criar e divulgar um portal de notícias independente nesse meio. Isso porque a rede social em questão é gratuita e exige baixos custos para a produção de conteúdo.

Cabe ressaltar, porém, que o desejo por 'viralizar' e conquistar seguidores e bom engajamento rapidamente, muitas vezes, implica na negligência no uso de

recursos de acessibilidade comunicativa. O ato de legendar os vídeos, ou descrever a imagem postada e diversas outras ferramentas que exigem o mínimo de noção sobre acessibilidade não são postas em prática e acabam afastando o público de pessoas com deficiências de iniciativas jornalísticas com credibilidade.

4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, buscou-se usar como metodologia a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Stumpf (2010), é:

um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. (STUMPF, 2010, p. 51).

É por meio de um trabalho cuidadoso e com atenção redobrada aos materiais referentes ao tema em questão que já foram publicados que o pesquisador pode analisar dados, comprovar hipóteses levantadas por ele, além de cruzar ideias entre autores, o que enriquece a sua produção científica.

Os benefícios do uso deste tipo de método são inúmeros e efetivos. Alguns deles são apresentados a seguir:

o baixo custo, o pesquisador quase não precisa se deslocar para encontrar pesquisas científicas públicas, pois com a internet encontram-se inúmeras pesquisas já realizadas. O pesquisador tem a possibilidade de investigar uma vasta amplitude de obras publicadas para entender e conhecer melhor o fenômeno em estudo (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 68);

É necessário, porém ficar atento ao período em que foram publicadas tais produções, para que a pesquisa científica atual não sofra alterações infundadas:

No levantamento das fontes bibliográficas é bom buscar obras (artigos e teses) recentes, dos últimos quinze anos, pois a ciência está sempre em desenvolvimento, dessa forma se estudarmos obras mais antigas dependendo do assunto, o pesquisador poderá chegar em soluções obsoletas (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p.72);

Dessa forma, inicialmente, foram pesquisadas as palavras-chave acessibilidade, jornalismo, *Instagram* e comunicação em diversos portais acadêmicos, bibliotecas, bases de dados *online* e repositórios de universidades como CAPES, Scielo, Scribd, entre outros. Essa busca inicial objetivou-se a encontrar artigos, teses, livros e demais produções que fizessem menção aos temas em questão.

Em seguida, foram estabelecidos critérios claros para a inclusão das fontes, priorizando os trabalhos que discutiam diretamente a acessibilidade no âmbito jornalístico. Foram ainda consideradas a atualidade das fontes, privilegiando aquelas publicadas nos últimos anos de modo a garantir a relevância e a atualização das informações.

A fase seguinte foi a de leitura crítica e analítica das produções selecionadas, para extrair informações relevantes, seguida pela síntese dos principais conceitos, abordagens, resultados e conclusões apresentados.

Com base nessas informações adquiridas, obtivemos alguns resultados que foram apresentados no presente trabalho. Este último, por sua vez, deve servir como uma importante base a ser considerada em futuras produções acadêmicas nessa mesma área ou em áreas correlatas.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseando-se nas obras identificadas e na afinidade ao tema em questão, nota-se que o campo de pesquisa referente à acessibilidade comunicativa, principalmente quando atrelada ao jornalismo, ainda é muito escasso e requer atenção dos profissionais da área.

O fato de termos tantos dispositivos legais que fazem menção a essa temática além dos números, cada vez mais expressivos, de pessoas com deficiência em nosso país parece ainda não ter sido suficiente para chamar a atenção e provocar uma mudança de ação, quer seja no campo prático da profissão, quer seja na área da pesquisa acadêmica.

Mesmo após anos de luta social em torno da causa das pessoas com deficiência, a realidade segue, em certa medida, inalterada. A internet, que veio para facilitar, revolucionar e transformar a sociedade, ainda não tem dado o espaço necessário a esta comunidade que, após determinadas ações (ou a falta delas), segue isolada.

Apesar de tudo, cabe destacar a esperança depositada no fomento à discussão sobre o tema, notada através de muitas produções como teses e dissertações sobre o tema. Mesmo caminhando a passos lentos, o processo de informação, que derruba muitos mitos, desfaz preconceitos como o capacitismo³ e permite a autonomia das pessoas com deficiência, deverá ser cada vez mais difundido.

É importante, também, salientar que para que haja a quebra deste ciclo de erros na atividade profissional na internet, os jornalistas devem buscar se informar a respeito da causa e colocar em prática o esforço para usar recursos que tragam a acessibilidade diariamente.

7 CONCLUSÃO

A função social do jornalista vai muito além de informar, ser um formador de opinião e expor os fatos à sociedade no geral. Este profissional é um dos fortes aliados à democracia e ao funcionamento exitoso da sociedade civil.

Baseado nisso, faz-se necessário pontuar que no campo jornalístico, sobretudo no âmbito digital, ainda é necessário um esforço mais enérgico e conjunto, com vistas à derrubada de entraves que afastam a pessoa com deficiência da informação com credibilidade.

Grandes avanços já foram conquistados no que diz respeito aos direitos da pessoa com deficiência, os quais são frutos do empenho incansável de muitos personagens sociais, ao longo de séculos. É importante, portanto, concentrar o pensamento diariamente nesta pauta para que não venhamos a regredir e para que vidas não voltem a ser dizimadas em função do preconceito.

³ O capacitismo é o preconceito e a discriminação que a pessoa com deficiência vive na sociedade por ter sua existência relacionada à incapacidade e inferioridade.

A naturalização da desigualdade e da precariedade do acesso de pessoas com deficiência à informação na Internet no Brasil não pode continuar a acontecer. Caso isso aconteça, haverá a perpetuação de práticas capacitistas e da própria desigualdade social em nosso país.

Pensar nas causas concernentes à comunidade de PcD não é uma mera obrigação, mas sim uma questão de relembrarmos os direitos humanos, a inclusão social, a responsabilidade ética e a qualidade de experiência para todos os usuários. É fundamental que as organizações jornalísticas reconheçam e priorizem a importância da acessibilidade em seus portais *online*, garantindo que ninguém seja deixado para trás no acesso à informação.

Numa sociedade cada vez mais conectada, o pensamento jornalístico deve estar em torno da acessibilidade comunicativa, de modo que o número de pessoas alvos da desinformação seja cada vez menor.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sérgio Tibiriçá; SOUZA, Mariana Custódio de. O direito de ouvir com os olhos nas TVs brasileiras de sinal aberto. **Intertemas**, v. 12, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33366-42734-1-PB.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2024

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. São Leopoldo: Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS, 2015.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O Que é Comunicação**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros Passos – 67.

BRASIL. Lei nº 13.146. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 04 fev. 2024.

_____. Decreto nº 6.949. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 04 fev. 2024.

CAVALCANTE, Bárbara Fernandes de Oliveira. **Acessibilidade e jornalismo: uma análise de dez portais de notícias brasileiros e o acesso de pessoas com deficiência aos seus conteúdos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 31, p. 59–73, 2013. DOI: 10.23925/ls.v17i31.25723. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25723>. Acesso em: 27 jan. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

Incapacidade. Organização das Nações Unidas, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health>. Acesso em: 27 jan. 2024.

LIMA, Dimitry Francisco Antônio Nogueira; GOMES, Evandro Cavalcante Ferreira. **Telejornalismo Na Era Das Mídias Digitais: Um Estudo De Caso Da Produção Multimídia No Jornal Da Tv Jangadeiro**. Artigo, [s. l.], 20 fev. 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/36359577/TELEJORNALISMO_NA_ERA_DAS_M%C3%8DDIAS_DIGITAIS_UM_ESTUDO_DE_CASO_DA_PRODU%C3%87%C3%83O_MULTIM%C3%8DDIA_NO_JORNAL_DA_TV_JANGADEIRO. Acesso em: 29 jan. 2024.

MORAES, Bruna Carvalho. **Instagram: uma nova modalidade do jornalismo**. 2021. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Jornalismo - PUC Goiás, Goiânia, 2021.

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo. (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: 2010. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/Livro_Audiodescricao.pdf#page=25. Acesso em: 06 fev. 2024.

ONU, O. Das N. U. **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris: ONU, 1948.

SILVA, Victor Hugo; OTAVIO, Murillo. Acesso à internet cresce no Brasil e chega a 84% da população em 2023, diz pesquisa. **G1**, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/11/16/acesso-a-internet-cresce-no-brasil-e-chega-a-84percent-da-populacao-em-2023-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 06 fev. 2024.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83. 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/2336/1441>. Acesso em: 22 jan. 2022.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. (p. 51-61) 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

UNICEF BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 04 fev. 2024

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. Ele é antes de tudo e a todos sustenta pela sua Poderosa Palavra. Sua Graça me guiou até aqui e sei que continuará a me acompanhar por toda a vida.

Aos meus pais, Josivan e Gloriete, os quais sempre me incentivaram a cultivar os bons princípios, buscar a realização dos meus sonhos e empenhar-me no mundo acadêmico.

Aos meus irmãos, Felipe, Gabi, Michelle e Aline, que, mesmo sem saber, muitas vezes, foram o motivo para continuar em meio aos percalços que surgiram no período da graduação. Essa vitória é nossa.

À minha orientadora Elane Gomes, que, com maestria, me conduziu durante o período de realização desta pesquisa, bem como aos professores que, prontamente, se dispuseram a participar da minha banca, Rostand de Albuquerque e Rackel Cardoso. Em vocês me inspiro e sou grata pelo suporte, principalmente nesta fase final do curso.

À coordenação do Curso de Jornalismo, demais professores e funcionários da UEPB, por todo o conhecimento que me foi repassado, pelas experiências vividas e por juntos lutarmos por um jornalismo ético, verdadeiro e responsável.

Aos meus amigos, presenciais e virtuais, que sempre me envolveram com tanto amor, me apoiaram e demonstraram acreditar no meu potencial.

E por último, mas não menos importante, à dona Severina (*in memoriam*), minha magnífica avó. Quis Deus que você fosse habitar junto a Ele antes de me ver chegar até aqui. Mas te trago junto a mim, no jeito forte de ser, de amar e de sempre lutar para conseguir alcançar o que almejo. Eu te amo profunda e eternamente!